

Discussão sobre trem-bala chega ao Orçamento 2011



Depois de causar polêmica na eleição presidencial, projeto de construção do trem de alta velocidade ligando São Paulo ao Rio deve dividir opiniões no Congresso

Os senadores e deputados da Comissão Mista de Orçamento terão pela frente a tarefa de decidir se o projeto do trem de alta velocidade (TAV) que ligaria São Paulo ao Rio de Janeiro vai mesmo começar a sair do papel no ano que vem. A proposta de Lei Orçamentária para 2011, enviada pelo governo federal ao Congresso, destina R\$ 447,7 milhões para o trem-bala. Senadores governistas como Eduardo Suplicy veem na obra grande alcance social, mas opositores como Eliseu Resende defendem mais investimentos nos metrô das capitais. **3**

Senado divulga vencedores de concurso de redação

A estudante Fernanda Rodrigues, de Estrela (RS), é a vencedora do 3º Concurso de Redação do Senado Federal. **2**

Jane Araújo/Senado Federal



Senadores comemoram os 90 anos de dom Eugênio Sales **2**

Para Gim Argello, há espaço para salário mínimo maior

Relator-geral do Orçamento para 2011 disse na sexta-feira que há margem para a definição de um salário mínimo maior pela Comissão Mista de Orçamento. Ele defendeu o relatório

que estimou quase R\$ 18 bilhões a mais de arrecadação do governo para o ano que vem. A reestimativa, aprovada pela CMO, foi criticada pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega. **3**



Acir Gurgacz diz que eleições renovaram classe política, mas gargalos no desenvolvimento do país continuam

Gurgacz: Amazônia pode ter mais peso no IDH

Acir Gurgacz defendeu em Plenário que o Índice de Desenvolvimento Humano brasileiro será melhor se a Amazônia Ocidental (Amazônia, Acre, Rondônia e Roraima) for beneficiada por mais investimentos produtivos. **4**

José Cruz/Senado Federal

Paim lembra trajetória e reafirma bandeiras

Senador do PT, reeleito em outubro com 3,89 milhões de votos, lembra suas mais de mil proposições legislativas e confirma disposição de lutar pelo fim do fator previdenciário. **4**



Paim destaca o fato de que se reelegeu senador em um estado onde 85% da população não é de negros

José Cruz/Senado Federal



Segundo Marco Maciel, efeitos da crise mundial de 2008 ainda têm impacto sobre as finanças municipais

Maciel defende debate sobre pacto federativo

Para senador pernambucano, o Congresso deve, no ano que vem, rediscutir as atribuições de União, estados e municípios, por causa do desequilíbrio existente entre as receitas e as responsabilidades dos entes federativos. **4**

Idealizador da Campanha da Fraternidade, cardeal participou da criação da pastoral carcerária e é uma das figuras mais proeminentes da Igreja Católica, diz João Faustino

Senadores homenageiam amanhã dom Eugênio Sales

O SENADO VAI homenagear na sessão de amanhã o cardeal dom Eugênio Sales, arcebispo emérito do Rio de Janeiro, pelos seus 90 anos de vida. O requerimento solicitando a homenagem é do senador João Faustino (PSDB-RN).

Idealizador das comunidades eclesiais de base e da Campanha da Fraternidade, dom Eugênio também ficou conhecido por ajudar perseguidos políticos durante o regime militar.

João Faustino lembra, no requerimento, que o cardeal é uma das figuras mais proeminentes da Igreja Católica e "tem relevantes serviços prestados ao povo brasileiro".

O senador destaca, entre as atividades de dom Eugênio, que o cardeal também foi responsável pela criação do Movimento de Educação de Base e, com ele, das escolas radiofônicas; dos primeiros sindicatos rurais; de centros de atendimentos a portadores de Aids; e da pastoral carcerária.

Trajatória

Dom Eugênio nasceu na fazenda Catuana, em Acari (RN), no dia 8 de novembro de 1920. De família muito católica, realizou seus primeiros estudos em Natal, de onde seguiu para



João Araújo/Senado Federal

Atuação de d. Eugênio também foi marcada pela ajuda a perseguidos políticos

Fortaleza, onde cursou filosofia e teologia. Foi ordenado sacerdote em 1943, na capital potiguar.

Ainda muito jovem, com apenas 33 anos de idade, foi designado bispo auxiliar de Natal em 1954, e em 1962 tornou-se administrador apostólico da arquidiocese. Em 1964 tomou posse como administrador apostólico em Salvador, sendo elevado a arcebispo em 1968, tornando-se, assim, primaz do Brasil (isso é, arcebispo da diocese mais antiga do país).

Em 1969, dom Eugênio Sales foi feito cardeal pelo papa Paulo VI. Dois anos depois, tornou-se arcebispo do Rio de Janeiro, função em que permaneceu até 2001, quando se aposentou.

Desde então, é arcebispo emérito. Entre 1972 e 2001, acumulou também a função de bispo dos fiéis do Rito Oriental do Brasil. Foi também membro de 11 congregações na Cúria Romana.

Sua vida apostólica foi marcada pela defesa da ortodoxia católica e pela oposição à Teologia da Libertação. Dom Eugênio Sales, ficou conhecido também pelo engajamento político, a partir da criação das comunidades eclesiais de base.

Esse engajamento incluiu, entre 1976 e 1982, a defesa de refugiados políticos não só do Brasil, mas também dos regimes militares latino-americanos. Contou, para isso, com apoio da Cáritas brasileira e do Alto Comissariado das Nações Unidas.

Concurso de redação divulga vencedores

Fernanda Rodrigues, da Escola Estadual de Educação Básica Vidal de Negreiros, de Estrela (RS); Danilo Dutra Fuentes, do Centro Educacional Dr. Péricles Corrêa da Rocha, de Bom Jardim (RJ); e Moisés Modesto da Costa, do Colégio Estadual Unidade Polo, de Campo Mourão (PR). Esses são os três vencedores do 3º Concurso de Redação do Senado.

Os três foram escolhidos na sexta-feira entre 27 finalistas de cada estado do país. A comissão julgadora foi composta pelos consultores legislativos do Senado Federal João Bosco e Marcos Magalhães e pela representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), Lilian Sena.

Sessão lembra 20 anos do código do consumidor

O Senado celebra, na sessão de quarta-feira, às 14h, por sugestão do senador Renato Casagrande (PSB-ES), os 20 anos de vigência do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90), completados em 11 de setembro.

O senador disse que, em 1988, o direito do consumidor foi alçado à categoria dos Direitos Fundamentais no texto constitucional. A partir daí, nasceu a ideia do Código de Defesa do Consumidor, que se concretizou dois anos depois, sendo reconhecido como uma lei avançada em comparação às demais normas sobre o tema adotadas por outros países.

De acordo com Casagrande, o código serve como "espelho para outros países implantarem os direitos aos cidadãos e às famílias que diariamente realizam suas compras".

O senador acha que a legislação deu à sociedade um conjunto de regras para resguardar o cidadão de eventuais afrontas a seus direitos. "A data também é um momento para repensar a matéria, no sentido de adaptar e atualizar o Código de Defesa do Consumidor para os próximos 20 anos, especialmente no que diz respeito ao comércio eletrônico", diz Casagrande, em seu requerimento sugerindo a homenagem.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Segunda-feira

Plenário Discursos e comunicados

14h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores e comunicados das lideranças partidárias e da Mesa diretora.

Terça-feira

CRA Árvore frutífera pode dar direito a isenção

9h30 Produtores que optarem por cultivar árvores frutíferas nativas ficarão isentos do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural. É o que estabelece projeto a ser votado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

CAE Empréstimos para Eletrobras e BNDES

10h Pauta inclui dois pedidos de empréstimos externos, no valor total de R\$ 1,5 bilhão, para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e para a Eletrobras.

CE Anita Garibaldi entre heróis da pátria

11h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte delibera sobre emenda a projeto do Senado que inscreve o nome de Anita Garibaldi no Livro dos Heróis da Pátria. Outro projeto em discussão institui o programa nacional de prática desportiva para a prevenção da violência e do uso das drogas.

CMA Meia-entrada pela internet

11h30 Projeto que obriga o fornecedor de produto cultural pela internet a tornar disponível a venda de bilhetes de meia-entrada está entre os itens a serem votados na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Homenagem Noventa anos de dom Eugênio Sales

14h Na hora do expediente, os senadores vão homenagear dom Eugênio Sales, arcebispo emérito do Rio de Janeiro, pelos seus 90 anos.

Quarta-feira

CCT Dia Mundial da Ciência é tema de debate

8h30 Audiência irá celebrar o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento. Também será debatido o Relatório Mundial sobre Ciências, elaborado pela Unesco.

CDR Habitação popular

10h O primeiro item da pauta autoriza o Poder Executivo a reduzir a zero as alíquotas do PIS-Pasep e da Cofins dos materiais de construção destinados a habitações populares.

CAS 14º para profissionais da educação básica

11h A Comissão de Assuntos Sociais vota projeto que cria o 14º salário para profissionais da educação básica da rede pública. Também deve ser votada proposta que institui a política nacional de medicamentos.

Código Plenário comemora 20 anos do CDC

14h O Senado comemora em Plenário os 20 anos do Código de Defesa do Consumidor.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida por Paulo Paim • Acir Gurgacz • Marco Maciel

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920



Trem-bala japonês: senadores governistas afirmam que trem-bala trará benefícios sociais, enquanto a oposição alega que mais oportunos seriam investimentos nos metrô das capitais

Polêmica do trem-bala chega ao Orçamento 2011

Comissão inicia debate sobre prioridade que o governo quer dar à obra, prevista para ligar São Paulo ao Rio de Janeiro com trem de alta velocidade

ENVOLVIDA EM POLÊMICA desde a campanha eleitoral, a implantação do trem de alta velocidade (TAV) entre Rio de Janeiro e Campinas entra agora nos trilhos da discussão da proposta orçamentária para 2011. Com custo total estimado em R\$ 34,6 bilhões, o projeto, que o governo considera prioritário e o presidente Lula deseja ver pronto até as Olimpíadas de 2016, vai passar pelo crivo do Congresso, quando deputados e senadores se debruçarem sobre a análise das despesas para o ano que vem.

Ainda em fase inicial de exame na Comissão Mista de Orçamento (CMO), a proposta elaborada pelo governo reservou ao TAV, no próximo ano, R\$ 447,7 milhões. Os parlamentares poderão deixar intocada essa reserva ou mesmo ampliar o valor, mas não há nada que impeça o Congresso

de reavaliar a prioridade atribuída ao projeto pelo governo.

Mesmo sem tirar o chamado trem-bala dos trilhos, os parlamentares podem decidir trabalhar com um horizonte mais largo para a conclusão da obra. Nesse caso, podem usar da possibilidade de apresentar emendas para remanejar parte dos recursos e assim favorecer investimentos considerados mais urgentes.

Ao lançar em julho o edital para a escolha da empresa que vai executar o empreendimento, o presidente Lula revelou desejo pessoal de ver o projeto concluído ainda antes da Copa do Mundo de 2014. Na ocasião, também disse que o TAV seria um sucesso e que chegou à fase de execução graças aos esforços de Dilma Rousseff, então candidata à Presidência. Seu prin-

Proposta do governo destina R\$ 447,7 milhões para a fase inicial de implantação do trem-bala

cipal adversário, o tucano José Serra, reagiu dizendo que havia pontos obscuros no projeto, em referência específica à esperada participação privada na sua implantação.

As divergências esboçadas na campanha agora podem passar para a arena da discussão orçamentária. Para o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), vice-líder do governo, o projeto é indispensável e inadiável. Conforme o parlamentar, os estudos estão

sendo feitos há duas décadas e suas conclusões são irretocáveis: o TAV é a melhor alternativa a se somar aos modais de transporte já existentes, para reforçar a integração entre as duas principais regiões metropolitanas do país.

– É investimento de alto interesse social e que será pago com as receitas que o próprio empreendimento proporcionará. Será de extrema utilidade e conforto, além de alternativa econômica vantajosa para os futuros usuários. O TAV ampliará ao extremo as possibilidades de interação entre paulistas e fluminenses, com extraordinários resultados do ponto de vista social, econômico e cultural – defendeu.

Em linha oposta, Eliseu Resende (DEM-MG), ministro dos Transportes nos anos 1970, diz que estudos técnicos e econômicos bem conduzidos desaconselha-

riam a prioridade que o governo está atribuindo ao trem-bala. Do ponto de vista social, defendeu o senador, outras alternativas na área de transportes seriam mais urgentes e recomendáveis, como investimentos para implantar ou ampliar os metrô das grandes capitais do país, quase todos com obras inconclusas ou paradas.

Além disso, afirma que o governo terá de entrar com “pesados subsídios” na fase de operação do projeto, pois não haveria expectativa de retorno econômico para o setor privado.

– Por que o governo insiste no projeto? É um cálculo político. Talvez queira deixar marcada sua passagem com um investimento novo e de alta visibilidade. Investir nos metrô significa prosseguir com obras de governos anteriores, sem a mesma repercussão – avaliou Eliseu.

Gim Argello diz que há margem para salário mínimo maior

O relator-geral do Orçamento, senador Gim Argello (PTB-DF), afirmou na sexta-feira que a reestimativa de receita do Orçamento da União para 2011, feita pelo deputado Bruno Araújo (PSDB-PE) e aprovada pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), foi “um trabalho consciencioso e executado em bases sólidas”. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse na quinta-feira que a reestimativa não se baseia em “fatos concretos”.

O acréscimo de receitas é fundamental para o atendimento de

11 demandas que o senador disse ter recebido. Muitas delas, como o aumento do mínimo para um valor superior aos R\$ 538,15 previstos na proposta do Executivo, têm preocupado o relator.

Na quinta-feira, Gim Argello recebeu dos dirigentes das centrais sindicais dois pedidos: salário mínimo de R\$ 580 a partir de 1º de janeiro de 2011 e aumento de 9,1% para aposentadorias e pensões com valor superior a um salário mínimo. Todas as demandas totalizam mais de R\$ 30 bilhões – valor superior ao acréscimo de receitas previsto,



Gim Argello recebeu demandas somando mais de R\$ 30 bilhões

de R\$ 17,7 bilhões – e dificilmente serão atendidas. O problema adicional é que, agora, o ministro da Fazenda contesta a decisão da CMO.

De acordo com Mantega, a



Mantega afirma que CMO reestimou receitas “sem fatos concretos”

elevação da receita se baseou no aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), “uma taxa passageira”, podendo deixar de existir como fonte de receita a qualquer momento.

É prematuro falar em criação de imposto para a saúde, avalia Paim

Levantamento do jornal *O Estado de S. Paulo* mostrando que a maioria dos governadores eleitos é favorável à recriação de um imposto para a saúde levou Paulo Paim (PT-RS) a afirmar, em entrevista à Agência Senado, que é prematuro falar em um imposto nos moldes da antiga Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

– Nós precisamos aprofundar o debate para melhorar a quali-

dade de vida da população nessa questão da saúde. Sem nenhuma precipitação. Do contrário, passa-se a impressão de que antes mesmo do processo eleitoral já falávamos sobre isso – disse ele.

Tramita na Câmara projeto que regulamenta a Emenda 29/00, criando a Contribuição Social da Saúde (CSS), com alíquota de 0,1% sobre movimentações financeiras, diferente da CPMF, que chegou a cobrar 0,38%.

DEM critica articulação dos estados para novo tributo

A liderança do Democratas (DEM) no Senado lamentou na sexta-feira, em nota, a articulação de alguns governadores recém-eleitos para criar um imposto sobre movimentações financeiras destinado à saúde, nos moldes da extinta Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

A nota aponta a necessidade “urgente” de uma reforma no sistema tributário nacional e diz

que o Brasil não precisa de mais impostos. Ainda de acordo com o texto, não falta dinheiro para a saúde, mas “gestão, sobriedade administrativa e respeito ao cidadão e ao voto que ele põs nas urnas”.

Segundo os democratas, “é inaceitável – e o eleitor não deverá perdô-los por isso – que o assunto tenha sido escamoteado à população durante toda a campanha eleitoral”.

Sarney afirma que Congresso pode recriar CPMF

O presidente do Senado, José Sarney, disse não ter conhecimento de que a presidente eleita, Dilma Rousseff, pretenda restaurar a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), que foi extinta pelo Congresso em 2007. No entanto, continuou, o Legislativo pode restaurar essa contribuição.

– Eu ouvi a ministra Dilma Rousseff dizer que não vai mandar nenhum projeto fazendo retornar a CPMF. Agora, isso não impede que aqui, dentro das duas Casas do Congresso, apareça uma iniciativa parlamentar restaurando essa contribuição – disse.

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o retorno da CPMF é desejo da maioria dos governadores eleitos. Alegando falta de recursos para bancar os serviços de saúde, eles defendem a criação de um imposto nos moldes da contribuição. Até 2007, era cobrada uma taxa de 0,38% sobre cada transação bancária, havendo apenas alguns casos de isenção.

Senador argumenta que maiores investimentos na Amazônia Ocidental aumentarão o superávit da balança comercial e contribuirão para que o Brasil se torne o maior produtor mundial de alimentos

Investimento na Amazônia eleva IDH e reduz desigualdades, diz Gurgacz

A AMPLIAÇÃO DE investimentos na Amazônia ajudará a combater as desigualdades regionais e elevar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país. A opinião é do senador Acir Gurgacz (PDT-RO). Ele manifestou na sexta-feira preocupação com o desenvolvimento da Amazônia Ocidental, que compreende os estados do Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia.

– O desenvolvimento econômico da Amazônia contribuirá com o crescimento do superávit da balança comercial brasileira e ajudará o Brasil a conquistar mais espaço no mercado internacional e a se tornar o maior produtor mundial de alimentos.

Ao completar um ano como senador, Gurgacz agradeceu à população de Rondônia pela confiança e aos senadores e servidores da Casa pelo apoio recebido. Ele também destacou



José Cruz/Senado Federal

Para Gurgacz, desenvolvimento da região aumentará produção de alimentos

a renovação do Legislativo no próximo ano.

– Uma nova geração da classe política chega ao Congresso Nacional e às assembleias legislativas de todos os estados com um ponto em comum em mente: encontrar soluções para os problemas do país. Não tenho dúvida de que surgirão diversas

linhas de pensamento, mas o grande problema nacional continuará sendo o mesmo, o gargalo do desenvolvimento.

O senador lembrou seu trabalho em favor do pequeno produtor de Rondônia, como a apresentação de projeto (PLS 144/10) que visa flexibilizar as regras sobre reserva legal

e regularizar a situação dos agricultores da Amazônia. Ele também defendeu maiores investimentos em transporte.

– Não precisamos apenas tapar os buracos das rodovias, mas ampliar a malha viária do nosso país – frisou.

Hospital de Guajará

Gurgacz cobrou do Ministério da Saúde urgente emissão de certificado de filantropia ao Hospital Bom Pastor, de Guajará-Mirim (RO). O hospital tem a única maternidade da região e exerce papel fundamental no atendimento à população, mas corre o risco de encerrar as atividades por falta de recursos. Essa situação poderá ser revertida com a eliminação de tributos, decorrente da condição de entidade filantrópica.

– O hospital tem um déficit estrutural de funcionamento em torno de R\$300 mil – disse.



Waldemir Barreto/Senado Federal

Segundo Papaléo, estado carece de estímulo ao desenvolvimento

Papaléo quer mais incentivo para Zona Franca do Amapá

Bens de informática e automação industrializados na Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (AP) podem receber os mesmos incentivos fiscais oferecidos à Zona Franca de Manaus. É o que propõe o PLS 348/05, do senador Papaléo Paes (PSDB-AP), em discussão na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Papaléo Paes propõe alterar o artigo 11 da Lei 8.387/91, de forma a conceder isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para os bens fabricados nos municípios amapaenses, além de sugerir a redução do Imposto de Importação sobre insumos empregados na fabricação desses produtos.

O senador argumenta que o Amapá carece de medidas que estimulem o desenvolvimento econômico e criem oportunidades de emprego e renda para a população.

Nos primeiros anos de funcionamento, a Área de Livre Comércio de Macapá e Santana, segundo Papaléo, teve intensa atividade, com a abertura de lojas de produtos importados, mas depois o ritmo caiu muito.

A redução das alíquotas do Imposto de Importação nos anos recentes desaqueceu o comércio de importados nas áreas de livre comércio, especialmente a de Macapá e Santana, disse Papaléo Paes, para quem o modelo de área de livre comércio, centrado meramente em produtos importados, mostrou-se limitado quanto à capacidade de desenvolver o Amapá. Assim, ele propõe incentivos para produtos industrializados na região.

O projeto tem parecer favorável do relator, Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), e ainda será votada pelas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

Maciel defende rediscussão pelo Congresso do pacto federativo

O senador Marco Maciel (DEM-PE) voltou a defender as reformas política, institucional e tributária. Para ele, o início de uma nova legislatura se mostra como uma oportunidade para fortalecer a legislação. Mesmo considerando os avanços do país, o senador ressaltou que o Brasil ainda convive com a ausência de normas que garantam uma maior segurança jurídica.

– Precisamos, então, ao iniciar essa nova legislatura em 1º de fevereiro de 2011, ter a consciência de que esse projeto de país, que é possível, dependerá muito do nosso querer coletivo. São muitos os desafios que o Brasil terá de enfrentar se, efetivamente, pretendemos reunir condições para um crescimento a taxas mais altas para, consequentemente, termos uma maior presença na sociedade internacional – disse Maciel.

Na opinião do senador, a questão federativa precisa receber maior atenção, pois há grande concentração de poder em torno do governo federal. Mesmo lembrando que, com a Constituição de 1988, os municípios passaram a ter maior autonomia de gestão, ele ponderou que os pre-



José Cruz/Senado Federal

Maciel lembra que municípios sofreram com cortes no orçamento

feitos têm enfrentado limitações para administrar suas demandas, devido à falta de recursos.

Especialmente após a crise financeira internacional de 2008, explicou o senador, os municípios tiveram cortes no orçamento em razão de medidas do governo federal, em particular a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre algumas mercadorias. Essa situação, disse Maciel, motivou a vinda a Brasília de muitos prefeitos e vereadores, em busca de recursos que permitissem aos municípios arcar com suas responsabilidades constitucionais.

Paim faz balanço de atuação como deputado e senador

Reeleito para mais oito anos de mandato, o senador Paulo Paim (PT-RS) fez na sexta-feira um balanço de sua campanha e de sua atuação parlamentar. Ele lembrou, por exemplo, a autoria do Estatuto da Igualdade Racial – sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em julho passado – e o projeto de lei que cria o Estatuto do Idoso, que também teve origem em uma de suas propostas.

– Aqui no Congresso Nacional apresentei mais de mil proposições e promovi dezenas de audiências públicas – afirmou ele, que foi deputado federal antes de se tornar senador.

Paim ressaltou que foi reeleito com o dobro dos votos que havia obtido em 2002 – 3,89 milhões de votos, entre um total de 6,2 milhões de votos válidos no Rio Grande do Sul.

– Ninguém pode dizer que o preconceito impede um negro de representar sua gente. Fui eleito em um estado onde 85% da população não é negra. Por isso, rendo aqui



Waldemir Barreto/Senado Federal

Paim obteve 3,89 milhões de votos nas eleições de outubro passado

minha homenagem ao povo gaúcho – declarou.

O senador lembrou ainda que apoiou Lula tanto no pleito de 2002 como no de 2006, e que neste ano defendeu a candidatura de Dilma Rousseff.

Assim como fez na quinta, o senador gaúcho pelo PT reiterou que continuará seu empenho pelo fim do fator previdenciário – projeto dele já foi aprovado no Senado e aguarda votação na Câmara – e pelo fim das votações secretas no Congresso Nacional.

Parlasul poderá fazer última sessão do ano em Foz do Iguaçu

O Parlamento do Mercosul (Parlasul) poderá realizar sua última sessão do ano em Foz do Iguaçu (PR), para coincidir com a reunião de cúpula dos presidentes dos países do bloco, dia 17 de dezembro. A decisão a respeito da sessão que marcará o encerramento do período brasileiro de presidência *pro tempore* do Parlasul e do próprio bloco será tomada

na sexta-feira, em reunião da Mesa Diretora em Buenos Aires.

Antes da reunião de dezembro, porém, o Parlasul ainda tem sessão marcada para os dias 22 e 23 de novembro, em Montevidéu, no Uruguai, sede do órgão, que será presidida pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP), cujo mandato vai até o final do ano. Caso a decisão

seja pela realização da sessão de dezembro em Foz do Iguaçu, Mercadante poderá participar – juntamente com os demais integrantes da Mesa – da reunião de cúpula que marcará a despedida do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, após oito anos de participação de encontros com os presidentes de Argentina, Paraguai e Uruguai.

Durante a cúpula, Lula pro-

porcionalmente fará um balanço do período de presidência *pro tempore* brasileira, ao longo do segundo semestre deste ano, enumerando as conquistas obtidas pelo bloco durante esse tempo.

Uma delas refere-se ao acordo político para a definição do número de cadeiras no Parlasul a que terá direito cada país, segundo o critério da

proporcionalidade atenuada. O acordo foi oficializado no mês passado, durante reunião extraordinária do Conselho do Mercado Comum – órgão máximo do Mercosul –, em Montevidéu. Pelo acordo, na etapa de transição o Brasil terá 37 parlamentares, enquanto a Argentina passará a 26 e Paraguai e Uruguai manterão as atuais 18 cadeiras.